

# Presidente do Comité Olímpico Português teme que polémica com Pichardo tenha mudado paradigma de naturalizações

written by O Cidadão | 28 de Dezembro, 2023



Em entrevista, **José Manuel Constantino** revisitou a polémica que envolveu o atual **campeão olímpico do triplo salto**, e **Nélson Évora**, **ouro em Pequim2008**, e pronunciou-se sobre as mais recentes declarações de Pichardo ao jornal Record, em que este lamenta que em Portugal o atletismo **não seja valorizado e em que discorre sobre o seu diferendo com o Benfica**.

*“Chegados a este ponto, a minha convicção é que o Pedro Pichardo vai sair de Portugal. Não vai mudar de nacionalidade – é a minha convicção, posso estar enganado -, mas vai sair de Portugal. Provavelmente, vai procurar um clube que lhe pague bem, porque, entretanto, a relação com o Benfica, por força da relação com a coordenadora do projeto olímpico, Ana Oliveira], é a pior possível. Não se podem ver um ao outro. E, da parte do Benfica, nunca houve capacidade de ultrapassar esta situação”, notou.*

Apesar de acreditar que o atual campeão olímpico do triplo salto *“continuará a representar Portugal”*, o presidente do COP

estima que o atleta nunca perderá *“uma certa mágoa, uma certa revolta, uma certa atitude de que ‘eu sou português mas há muitos que não queriam que eu fosse português’”*.

Em março, Évora, em entrevista à rádio Observador, disse que Pichardo, português de origem cubana, tinha sido **“comprado”**, colocando em causa a **rapidez no seu processo de naturalização** (poucos meses), em contraponto com outros casos, como o seu.

*“Isto arrastou um outro problema, de enorme gravidade. Houve, a partir desta polémica, uma mudança de atitude dos serviços de reconhecimento da naturalidade quanto às exigências da atribuição da cidadania portuguesa, quando aplicando o regime de excecionalidade que está previsto na lei. Não sei se é uma orientação de natureza política, se é de natureza estritamente desportiva, mas eu li alguns dos pareceres que foram emitidos quanto a atletas que aguardam a sua naturalização e é uma coisa perfeitamente risível, de ignorância completa”*, alertou.

Constantino receia que a polémica que houve a propósito da questão da atribuição da cidadania a Pichardo – que só acontece, na sua opinião, porque é um atleta que ganha o ouro numa disciplina em que o país já tinha um campeão olímpico – *“tenha tido esta consequência política”*.

*“Se isto acontecesse com um atleta de 200 metros ou com um decatlonista ou com um saltador com vara, a polémica não era a mesma. A polémica é aquilo que nós conhecemos pelas circunstâncias que a rodeiam, depois também por algum envolvimento clubístico que estas questões sempre têm, mas aquilo que me parece, e aquilo para a qual tenho a obrigação de alertar o país, é para o facto de entender que a decisão que está a ser adotada quanto à atribuição da cidadania portuguesa a pessoas com currículos desportivos extraordinários não nos está a favorecer, está a prejudicar-nos”*, denunciou.

Para o máximo dirigente desportivo nacional, o poder político

tem agora *“uma enorme responsabilidade”* e tem de explicar ao país *“porque é que a atletas com currículos desportivos relevantes não lhes é atribuído aquilo que foi atribuído a outros”*.

*“E eu já nem digo a outros que são conhecidos, porque também foi atribuído a outros que nós nem sabemos os nomes, mas que eu conheço e que não tinham valor desportivo à dimensão e à escala daqueles casos que nós aqui acabamos de falar”*, acrescentou, referindo-se concretamente a Agate de Sousa, Roger Iribarne e Reynier Mena.

A primeira, **santomense de 23 anos**, tem a **quarta melhor marca mundial do ano no salto em comprimento**, enquanto os cubanos **Iribarne e Mena** alcançaram, respetivamente, *“a quinta melhor marca europeia”* nos **110 metros barreiras este ano** e *“a terceira melhor marca mundial”* nos **200 metros** em 2022.

*“Considerar que estas notas curriculares não são suficientes para a atribuição da disposição que permite excluir os cinco anos no processo de naturalização. Ou, dito de outra maneira, esperar cinco anos para que estes atletas possam vir a representar Portugal é uma decisão que, do bom ponto de vista, carece de fundamentação”*, defendeu.

Segundo o presidente do COP, ou o poder político aceita este entendimento das estruturas administrativas, na sua opinião *“ignorantes nesta matéria”*, uma vez que quem teria de dar parecer seria o **Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)** – entidade que poderá avaliar se os atletas têm ou não valor desportivo -, ou *“mexe neste assunto”*.

*“Tenho a perceção – não tenho nenhum dado fundamentado -, que há um certo receio de mexer neste assunto, sob pena de serem acusados de estarem a fazer naturalizações por razões oportunistas e estritamente desportivas”*, evidenciou.